

**TERMO DE COLABORAÇÃO SEI N.º XX2024**  
**AMBIENTE PROMOTOR DE INOVAÇÃO EM GOVTECH**

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI), E A ....., PARA FORMAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO, GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UM AMBIENTE PROMOTOR DE INOVAÇÃO EM GOVTECH NO IMÓVEL SITUADO NA RUA JÚLIO PERNETA, Nº 695, 3º ANDAR, NO CANAL DA MÚSICA, EM CURITIBA/PR.

O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI), com sede na Rua Mateus Leme, 1561, 4º andar, Bom Retiro, CEP 80.530-010, Curitiba/PR, no uso de suas atribuições previstas no art. 26 da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução n.º XXX/2024-SEI, que instituiu a Comissão de Seleção e Monitoramento, doravante **ÓRGÃO PÚBLICO** neste ato representado pelo Secretário da Inovação, Modernização e Transformação Digital, o Sr. ALEX CANZIANI SILVEIRA, portador da Carteira de Identidade n.º 30631811 SESP/PR inscrito no CPF sob o n.º 366.011.019-15, nomeado conforme Decreto Estadual n.º 5.955/2024 e a ....., mantenedora da (Escola).....com sede na ....., no Município de ....., Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o n.º ....., doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**, neste ato representada pelo seu Presidente, o (a) Senhor (a) ....., portador (a) do RG n.º .....e CPF/MF sob o n.º ....., residente e domiciliado (a) no Município de ..... - ESTADO DO PARANÁ, resolvem celebrar o

presente Termo de Colaboração, devidamente autorizado por despacho governamental, e que será regido pelas disposições contidas na Lei Federal n.º 13.019, de 31/07/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 3.513, de 18/02/2016, e do que consta no Protocolado n.º....., mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**Processo:** 22.808.795-5.

**Valor global estimado para apoio à ação proposta:** R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

**Data limite para envio da documentação para análise prévia:** XX/XX/2024 até XX/XX/2024.

**Data limite para envio dos envelopes:** XX/XX/2024 até XX/XX/2024.

**Data de realização da sessão pública de abertura dos envelopes:** XX/XX/2024.

**Local de realização da sessão pública de abertura dos envelopes:** Auditório Pequeno do Canal da Música.

O presente Termo de Colaboração beneficiará todo o Estado, assim como as startups que poderão contribuir diretamente com o setor público, promovendo a geração de empregos e o fortalecimento da economia ao utilizarem adequadamente o espaço que será reformado.

A iniciativa busca principalmente estruturar um ecossistema dedicado a soluções que acelerem a digitalização e a transformação digital da gestão pública, além de fomentar uma estratégia de desenvolvimento de talentos voltada para a economia criativa e o empreendedorismo inovador. Essas ações, voltadas para o progresso do Estado, serão executadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, que deverá estar devidamente credenciada e autorizada para oferecer educação escolar e suporte educacional especializado.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA PARCERIA**

Constitui o Termo de Colaboração, decorrente do Chamamento Público 03/2024, a conjugação de esforços entre o Órgão Público e a Organização da Sociedade Civil, visando a formação, estruturação, gestão e operacionalização de Ambiente Promotor de Inovação em GovTech, em

imóvel situado na Rua Júlio Pernetá, n.º 695, 3º Andar do Canal da Música no bairro Mercês da Cidade de Curitiba/PR, com área total dimensionada nos anexos desta chamada, conforme as condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos, em consonância com a política educacional adotada pela SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI), conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo, o qual será parte integrante e indissociável desta parceria, e em cumprimento à Constituição da República Federativa do Brasil e à Constituição do Estado do Paraná.

**Parágrafo primeiro** - O Projeto GovTech tem o objetivo de fomentar a inovação e o empreendedorismo no Estado, nos termos acima mencionados, as cláusulas do Chamamento Público n.º 03/2024 e seus Anexos, através da execução programática prevista no Plano de Trabalho, o qual conterá a descrição dos resultados a serem atingidos, os cronogramas de desembolso e as demais metas a serem alcançadas.

**Parágrafo segundo** - O Projeto e o Plano de Trabalho somente poderão ser modificados segundo os critérios e as formas definidas pela SEI, nos termos da Minuta aprovada pelos órgãos pertinentes e a legislação em vigor.

**Parágrafo terceiro** - (Inserir Breve descrição do projeto conforme previsto no Plano de Trabalho).

**Parágrafo quarto** - O PROGRAMA será executado na forma prevista no Plano de Trabalho previamente aprovado, parte indissociável do presente Termo de Colaboração, em que deverão constar os resultados a serem atingidos, as metas a serem alcançadas e os prazos de execução.

**Parágrafo quinto** - O Plano de Trabalho aprovado poderá ser alterado pelos partícipes, mediante Termo Aditivo, desde que não implique alteração do objeto da Colaboração e desde que precedida de manifestação técnica elaborada por servidor ou órgão que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

**Parágrafo sexto** - O projeto apresentado se enquadra na Área Prioritária "NOME DA ÁREA PRIORITÁRIA" definida pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR) na XXX (XXXXXX) Reunião Ordinária (ano XXXX).

**Parágrafo sétimo** - A equipe técnica responsável pela execução do projeto consta no Plano de Trabalho e a coordenação técnico-científica ficará a cargo do/a Sr/a. NOME DO COORDENADOR DO PROJETO, portador do CPF n.º \*\*\*.000.000-\*\*.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA AUTORIZAÇÃO

A celebração deste Termo de Colaboração fora devidamente autorizada pela Autoridade Competente, na forma da publicação, nos termos do Edital, do resultado definitivo do Chamamento, publicado no Diário Oficial n.º XX, datado de XX de XX de XXXX, edição n.º XX, pág. XX, e homologado pelo ato do Secretário da SEI publicado no Diário Oficial n.º XX, datado de XX de XX de XXXX, edição n.º XX, pág. XX.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES

A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá apresentar projeto de fomento a inovação e de empreendedorismo no Estado, nos termos mencionados, as cláusulas do Chamamento Público n.º 03/2024 e seus Anexos, através da execução programática prevista no Plano de Trabalho, o qual conterà a descrição dos resultados a serem atingidos, os cronogramas de desembolso e as demais metas a serem alcançadas a serem executados, na forma e prazo estabelecidos para fins de análise e aprovação pelo órgão competente da SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI).

**Parágrafo primeiro** - O PROGRAMA será executado na forma prevista no Plano de Trabalho previamente aprovado, parte indissociável do presente Termo de Colaboração, em que deverão constar os resultados a serem atingidos, as metas a serem alcançadas e os prazos de execução.

**Parágrafo segundo** - A **ÓRGÃO PÚBLICO**, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI), realizará, sistematicamente, orientação, acompanhamento e supervisão administrativa à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, por meio de análise de relatórios, visitas técnicas e eventuais outros atos necessários para tanto.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS E DA CONTRAPARTIDA

Nos termos do Plano aprovado, a SEI desembolsará o recurso à **BENEFICIÁRIA** na importância total de R\$ XXXXXXXX (valor por extenso), a ser repassado em parcelas **quadrimestrais e observados os requisitos condicionados à prestação de contas parcial**,

mediante depósito na conta corrente n.º **XXXXXX**, Banco do Brasil, indicada pela **BENEFICIÁRIA**, no prazo de **XX** dias úteis, contados da assinatura do presente TERMO.

**Parágrafo Primeiro** – Os recursos financeiros correrão à conta da discriminação orçamentária a seguir, que constará no Cronograma de Desembolso integrante ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO:

**Gestão/Unidade:** 2202

**Fonte de Recursos:** 759

**Programa de Trabalho:** 19.212.09.8629 - Apoio às Ações de Tecnologia, Pesquisa e Inovação

**Elemento de Despesa:** 3350.4102 - Contribuições a Entidades Privadas 3360.4102 - Contribuições a Entidades Privadas 4450.4202 - Auxílios a Entidades Privadas 4460.4202 - Auxílios a Entidades Privadas

**Parágrafo Segundo** – O valor do Colaboração não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, condicionado à apresentação e aprovação prévia pela **ÓRGÃO PÚBLICO** do projeto adicional detalhado e de comprovação, pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por Termo Aditivo.

**Parágrafo Terceiro** – A contrapartida correrá à conta da discriminação orçamentária a seguir, que constará no Cronograma de Desembolso integrante ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO:

**Gestão/Unidade:** **XXX**

**Fonte de Recursos:** **XXX**

**Programa de Trabalho:** **XXX**

**Elemento de Despesa:** **XXX**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS**

Para o desembolso dos recursos, a **BENEFICIÁRIA** deverá:

- indicar a Conta Corrente de finalidade exclusiva, no Banco do Brasil, para a movimentação dos recursos;
- estar adimplente e comprovar, via certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa), a regularidade em relação às obrigações tributárias federais, estaduais, ao FGTS, a dívida ativa da União e os débitos trabalhistas;

- c) a aprovação das prestações de contas periódicas, a partir do segundo desembolso programado, nos termos dos prazos estipulados pelo Instrumento Convocatório e seus Anexos, a regularidade fiscal, financeira e executiva do projeto, através da prestação de contas parcial, de periodicidade trimestral e condicionante ao repasse quadrimestral subsequente;
- d) atender eventuais solicitações e requerimentos adicionais previstos na Análise Jurídica, Técnica ou Operacional e aprovadas em Decisão da Diretoria da **SEI**.

**Parágrafo Primeiro** – A **SEI** poderá efetuar, ou solicitar de ofício, consultas com vistas a verificar a regularidade da **BENEFICIÁRIA** junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal e Estadual (CADIN) e ao Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

**Parágrafo Segundo** – A regularidade fiscal e trabalhista da **BENEFICIÁRIA** será verificada pela **SEI** no ato da análise das Prestações de Contas Parciais, bem como nos repasses da parcela dos recursos, devendo a **BENEFICIÁRIA** comprovar os requisitos através do encaminhamento dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal;
- b) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Municipal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Documentos Pessoais (RG e CPF) do responsável da empresa e do proponente;

**Parágrafo Terceiro** – Os recursos transferidos em decorrência deste Colaboração, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

**Parágrafo Quarto** – Mediante expressa autorização do **ÓRGÃO PÚBLICO**, os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser utilizados para execução do objeto deste Termo de Colaboração, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

## CLÁUSULA SEXTA– DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

A vigência do Termo será de **36 (trinta e seis) meses**, contados da sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação em resumo no Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE), podendo ser prorrogado pelo mesmo período, desde que atendido os seguintes pressupostos:

- a) comprovação da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para o exercício em questão, a qual deverá ocorrer antes da instauração de novo Chamamento;
- b) demonstração de alinhamento entre a continuidade do projeto e os planos orçamentários e setoriais aplicáveis;
- c) republicação do Edital com as alterações eventualmente aplicáveis, tal qual o cronograma e o crédito orçamentário da despesa; e
- d) submissão do Edital à nova análise jurídica pela Procuradoria-Geral do Estado.

**Parágrafo Primeiro** – O prazo de utilização dos recursos deverá ser compatível com o objeto do Plano de Trabalho, em que deverá se fazer constar justificativa adequada para a execução programática.

**Parágrafo Segundo** – De acordo com as normas e procedimentos internos da **SEI**, a **BENEFICIÁRIA** deverá apresentar a prestação de contas final, no prazo de 30 (trinta) dias após o término do prazo de utilização dos recursos do PROGRAMA.

**Parágrafo Terceiro** – O pedido de prorrogação de prazos deverá ser encaminhado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento do Termo de Colaboração, acompanhada da devida justificativa e Plano de Trabalho atualizado.

## CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

A **SEI**, enquanto **ÓRGÃO PÚBLICO**, terá como obrigações:

- a) providenciar a publicação do extrato do presente Termo de Colaboração no Diário Oficial do Estado;
- b) transferir os recursos financeiros e realizar a classificação funcional-programática e econômica das despesas relativas a exercícios futuros, por meio de apostilamento dos empenhos e/ou notas de movimentação de crédito;
- c) exigir da **BENEFICIÁRIA** a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a liberação das parcelas dos recursos;

- d) formalizar, em documento próprio, o registro dos respectivos empenhos e/ou notas de movimentação de crédito, os recursos financeiros a serem alocados em exercícios futuros, os quais correrão à conta dos orçamentos respectivos, condicionados à sua aprovação;
- e) alimentar e atualizar as informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas de Contas do Estado – TCE/PR, de forma que os registros das movimentações financeiras coincidam integralmente com os demonstrativos bancários anexados no SIT;
- f) encaminhar o processo de prestação de contas dos recursos repassados ao TCE/PR;
- g) analisar os Relatórios Parcial e Final, emitir os Termos a que se refere às Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, inclusive o Termo de Conclusão atestando o término do Termo de Colaboração, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho e aprovar a prestação de contas à **BENEFICIÁRIA**;
- h) notificar a **BENEFICIÁRIA** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial;
- i) divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento.
- j) prorrogar, de ofício, os prazos deste Termo de Colaboração quando houver atraso no desembolso dos recursos por razões concernentes à **SEI** e casos fortuitos devidamente comprovados e formalizados à **BENEFICIÁRIA**;
- k) analisar e emitir parecer, após a devida aferição dos requisitos, sobre os aspectos técnicos e financeiros das demonstrações financeiras apresentadas pela **BENEFICIÁRIA**;
- l) decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos por este Termo de Colaboração, bem como diligenciar e aplicar, nos termos da legislação, as advertências, sanções e demais penalidades cabíveis.
- m) **A ÓRGÃO PÚBLICO reserva-se a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação do objeto pelo ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de modo a evitar a descontinuidade da execução.**

A **BENEFICIÁRIA** terá como obrigações:

- a) confirmar, em até **XX dias** da publicação da assinatura deste TERMO, o aporte dos recursos a título de contrapartida econômica, no limite mínimo de 5% (cinco por cento) do valor de fomento contratado, descrevendo-os no Plano de Trabalho;
- b) cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o Plano de Trabalho, as exigências legais aplicáveis, além das disposições deste Termo de Colaboração, adotando todas as medidas necessárias para sua correta execução:
- l - **Incluir descrição das metas conforme Plano de Trabalho aprovado;**



- c) informar à **SEI** quaisquer alterações que pretenda realizar no Plano de Trabalho, especialmente no que concerne aos itens financiáveis elencados pela **SEI**, bem como quaisquer alterações eventuais que se fizerem necessárias em relação ao planejamento inicial para a consecução do objetivo do programa com as devidas justificativas;
- d) não promover a alteração unilateral do Plano de Trabalho, sendo imperativo o aceite da **SEI** e a assinatura de ambas as partes, com a devida publicação do aditivo no Diário Oficial do Estado para a conferência de validade ao instrumento, conforme a legislação e a aprovação do instrumento pela Procuradoria Geral do Estado;
- e) manter os recursos recebidos para a execução do Termo de Colaboração aplicados, nos termos do Edital e da legislação, em **conta bancária exclusivamente criada para o projeto**, exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil, cujos valores serão atualizados conforme as exigências legais, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescidos de um por cento no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro;
- f) utilizar os bens móveis e imóvel de acordo com o Termo de Autorização de Uso;
- g) utilizar os recursos desembolsados pela **SEI**, bem como os rendimentos das aplicações financeiras exclusivamente para o atendimento da execução do projeto;
- h) registrar as despesas realizadas com os recursos para a execução do Termo de Colaboração por meio de relatório simplificado, nos termos definidos pela **SEI** e mediante autorização expressa da Comissão Conjunta, tanto no sistema/tabela padronizada quanto no e-protocolo, observada a diretiva de que os pagamentos deverão ser realizados em conta bancária específica dos contratados por meio de transferência eletrônica que permita a identificação do beneficiário final, registrando as Notas Fiscais, as entradas e saídas conforme os itens financiáveis e as rubricas autorizadas pelo Edital e cientes do condicionamento de verificação da regularidade (parcial e final) à parcela de repasse futuro ou a aprovação das contas finais;
- i) apresentar o formulário de resultado parcial nos prazos estabelecidos pela **SEI** no Instrumento Convocatório, de acordo com as suas normas e procedimentos internos, considerando os objetivos, o orçamento, as metas e os indicadores previstos no programa;
- j) atualizar e manter a documentação gerada até a aprovação da prestação de contas final, devidamente organizada, tanto no sistema disponibilizado pela **SEI** quanto no e-protocolo, nos termos da alínea “d”, pelo prazo de cinco anos, contados da data da aprovação da prestação de contas final, a qual que deverá incluir os registros e demonstrativos financeiros e contábeis referentes aos recursos transferidos, de acordo com as normas estipuladas na legislação em vigor, no Instrumento Convocatório e no presente Termo de Colaboração;
- k) responsabilizar-se por todos os licenciamentos, alvarás e documentação liberatória do espaço junto aos órgãos de controle e fiscalização Municipal, Estadual e Federal;

- l) comunicar a SEI quaisquer alterações no quadro societário, na distribuição do capital social e no controle societário, ou quaisquer outras advindas de seu ato constitutivo ou por meio de acordo de acionistas, hipóteses em que, a critério da **SEI**, o Termo de Colaboração poderá ser rescindido, aplicando-se, após análise e instrução, as providências de sanção previstas;
- m) previamente ao repasse da(s) parcela(s) prevista(s) no Plano de Trabalho, apresentar à **ÓRGÃO PÚBLICO** a documentação prevista no Art. 8º da Lei 13.019/2014, notadamente, prova de regularidade com a Fazenda Nacional, incluindo prova de regularidade relativa à Seguridade Social, com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN;
- n) responsabilizar-se, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- o) responsabilizar-se, de forma exclusiva, por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Termo de Colaboração, inclusive os decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do Estado do Paraná a inadimplência da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** em relação aos referidos pagamentos;
- p) suportar, integralmente, toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pela **ÓRGÃO PÚBLICO**;
- q) restituir a SEI, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da conclusão, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, os bens móveis e imóvel, incluindo as benfeitorias, em conformidade com o Termo de Autorização de Uso;
- r) restituir à **SEI**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da conclusão, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, o eventual saldo financeiro remanescente, inclusive o valor atualizado dos rendimentos de aplicação financeira;
- s) restituir à **SEI**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação expedida pelo órgão, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, quando:
1. não for executado o objeto pactuado;
  2. não forem apresentados, nos prazos exigidos, os demonstrativos financeiros, os formulários/ relatórios de execução parcial e/ou relatórios de execução do objeto com a prestação de contas final;
  3. os recursos repassados forem utilizados para a execução de finalidade diversa daquelas estabelecidas neste Termo de Colaboração

- t) Mencionar em todo o conteúdo proveniente de ações, editais, projetos ou resultados (ainda que parciais) advindos da parceria da Chamada que sejam publicados através de vídeos, fotos, postagens e/ou atividades, nos *sites* e nos perfis das redes sociais (ex: *Instagram, Facebook, X, Youtube*, entre outras), marcadores da parceria, contendo as *hashtags* #SEI, #SEIPR, #GOVTECHPR, #PARANAINOVADOR e #GOVERNOPR, além de marcar as páginas nas respectivas redes sociais tanto da **SEI** quanto do Governo do Paraná (@seiparana, @governoparana);
- u) seguir as orientações contidas no Manual de Uso da Marca, referente aos logotipos do Governo do Estado do Paraná e da **SEI**, disponíveis no site [www.comunicacao.pr.gov.br/](http://www.comunicacao.pr.gov.br/);
- v) enviar à Assessoria de Comunicação da **SEI**, por meio de e-mails, e contendo no campo “assunto do e-mail” a palavra “[AMBIENTE PROMOTOR DE INOVAÇÃO EM GOVTECH] e, no corpo do e-mail, os respectivos dados, imagens e informações que viabilizem os anúncios e divulgações pertinentes ao projeto e o evento/notícia a serem veiculadas. Os materiais de apoio para divulgação deverão conter texto em formato jornalístico, programação, indicação do meio de publicação e fotos em boa resolução. Solicita-se, salvo justificativa, a antecedência mínima de 15 (quinze) dias para o envio, em razão da necessidade do tratamento das informações;
- w) responder a qualquer solicitação de informação sobre o andamento dos trabalhos ou dos resultados (parciais e finais) do projeto, independentemente da fiscalização a ser exercida pela **SEI**, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido;
- x) assegurar à **SEI** todos os meios legalmente previstos de fiscalização referentes à execução do presente Termo de Colaboração, tanto em relação à aplicação dos recursos para a execução da Colaboração, quanto em relação à aplicação dos recursos de contrapartida;
- y) assegurar aos órgãos de controle o acesso à aplicação dos para a execução do Termo de Colaboração e de sua contrapartida no âmbito do seu poder de fiscalização;
- z) estabelecer, no caso de não existir, **sede/matriz ou filial no Estado do Paraná**, em no máximo **60 (sessenta) dias** da publicação do presente Termo;
- aa) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração;
- bb) comunicar a SEI eventuais solicitações de depósito ou registro de pedido de proteção de propriedade intelectual iniciados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI decorrentes da execução do Projeto;
- cc) preencher todos e quaisquer relatórios e formulários de mensuração de impactos solicitados pela **SEI**, na eventualidade de aprofundamento de fiscalização da execução financeira (total ou parcial);

## CLÁUSULA OITAVA – DOS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os relatórios de execução (tanto parcial quanto total) do objeto e das demonstrações financeiras deverão ser apresentados a SEI observando-se o constante no Edital de Chamamento Público, em especial os itens 7 (Do Valor Previsto Para a Execução do Objeto da Parceria), 11.5, VII e XIII, e deverá ser composto pelos seguintes documentos:

- a) Relatório de execução das Atividades, nos termos do item 7.1.1 e 24 do Edital, o qual deverá conter:
  1. a descrição das atividades desenvolvidas, compondo, trimestralmente, os Relatórios Mensais de Progresso e obedecendo às fases de execução conforme a tabela de referência, nos termos do item 26 (Da Execução do Plano de Trabalho); e
  2. a demonstração e o comparativo específico das metas do Plano de Trabalho com os resultados alcançados;
- b) declaração de que os recursos e os rendimentos provenientes de aplicação financeira, quando for o caso, foram utilizados exclusivamente para a execução do projeto, acompanhada de comprovante da devolução dos recursos não utilizados;
- c) extrato do preenchimento da tabela de referência acerca dos itens financiáveis e não-financiáveis disponibilizada pela **SEI**, não devendo o modelo padrão ser desviado, OU, se for o caso, o extrato do mesmo preenchimento no sistema informatizado para tal finalidade, se houver.

**Parágrafo Primeiro** – Os parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas seguirão o Instrumento Convocatório, as normas, resoluções e procedimentos internos da **SEI**.

**Parágrafo Segundo** – As obrigações assumidas no presente Termo de Colaboração somente serão consideradas cumpridas após a aprovação pela **SEI** dos relatórios parciais de execução do objeto, e a aprovação das contas ficará condicionada, para além dos relatórios citados, da demonstração técnica e financeira finais.

**Parágrafo Terceiro** – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, devidamente identificados com o número deste Termo de Colaboração.

**Parágrafo Quarto** – Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a **ÓRGÃO PÚBLICO** a notificar, de imediato, a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

## CLÁUSULA NONA – DA SUSPENSÃO DAS LIBERAÇÕES

Sem prejuízo da denúncia ou rescisão do presente Termo de Colaboração, a **ÓRGÃO PÚBLICO** poderá suspender as liberações diante da constatação de quaisquer das seguintes hipóteses, descritas no art. 9º da Resolução nº 28/2011-TCE:

**Parágrafo Primeiro** – Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou outras formas de remuneração à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**;

**Parágrafo Segundo** – Pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e aquelas autorizadas no Acórdão n.º 547.2008 - Tribunal Pleno - do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

**Parágrafo Terceiro** – Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do Termo de Colaboração;

**Parágrafo Quatro** – Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Colaboração e no Plano de Trabalho e seus anexos, ainda que em caráter de emergência;

**Parágrafo Quinto** – Realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;

**Parágrafo Sexto** – Atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

**Parágrafo Sétimo** – Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou presentes neste termo;

**Parágrafo Oitavo** – Realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

**Parágrafo Nono** – Repasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto da transferência; transferência de recursos a terceiros que não figurem como partícipes do termo de transferência;

**Parágrafo Décimo** – Transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens e serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A transferência de recursos a título de contribuição, auxílio ou subvenção social a instituições privadas com fins lucrativos e a instituições privadas sem fins lucrativos não declaradas de utilidade pública;

**Parágrafo Décimo Segundo** – Transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:

- a) Membros do Poder Executivo do **ÓRGÃO PÚBLICO** dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; ou
- b) Servidor público vinculado ao Poder Executivo do **ÓRGÃO PÚBLICO** dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – Transferência de recursos para a contratação de pessoal em substituição ao quadro de servidores do **ÓRGÃO PÚBLICO** sem a realização do concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

**Parágrafo Décimo Quarto** – Transferência de recursos para a contratação de serviços, compras ou execução de obras, em atendimento às demandas de manutenção e expansão do patrimônio do **ÓRGÃO PÚBLICO** sem a realização do devido processo licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** – Além do disposto nos Parágrafos 1º a 14º da Cláusula deste Termo, a **ÓRGÃO PÚBLICO** poderá suspender as liberações nas seguintes hipóteses:

- a) alteração do objeto ou das metas do Termo de Colaboração;
- b) execução financeira insuficiente, assim considerada a que deixar de atingir, injustificadamente, os percentuais previstos no Plano de Trabalho para cada período de execução do projeto;
- c) deixar a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** de publicar, mensalmente e independente do valor do Termo de Colaboração, em página eletrônica própria (Home Page) na rede mundial de computadores, os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo Estadual ou Municipal e a respectiva prestação de contas, especificando as pessoas jurídicas ou físicas, com o respectivo CNPJ e CPF, nos termos da Lei Federal n.º 12.527, de 2011.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

O **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste Termo de Colaboração:

- a) as disposições contidas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos, quando se tratar de pessoa jurídica de Direito Público;
- b) as disposições contidas em regulamento específico editado por meio de ato do Poder Executivo do respectivo nível de governo, quando se tratar de fundação de apoio, nos termos da Lei Federal n.º 8.958/1994 e da Lei Estadual n.º 20.537/2021;
- c) os princípios da Administração Pública e aqueles constantes do art. 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando se tratar de entidade privada não caracterizada como organização da sociedade civil sujeita à Lei Federal n.º 13.019/2014.

**Parágrafo Primeiro** – A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá apresentar relatório ao gestor do Termo de Colaboração contendo, no mínimo:

- a) cópia do edital do instrumento jurídico da contratação;
- b) as atas decorrentes do instrumento jurídico da contratação;
- c) as propostas decorrentes do instrumento jurídico da contratação;
- d) os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes do instrumento jurídico da contratação;
- e) declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições previstas no caput desta Cláusula Décima.

**Parágrafo Segundo** – A celebração de contrato entre o **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e terceiros não acarretará, em nenhuma hipótese, solidariedade direta ou subsidiária da **ÓRGÃO PÚBLICO**, vínculo funcional ou empregatício com esta e, tampouco, a transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado por Termo Aditivo, mediante proposta da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **ÓRGÃO PÚBLICO** para análise e decisão, vedada a modificação da natureza do objeto.

**Parágrafo Primeiro** – As solicitações de alterações do Plano de Trabalho devem ser submetidas à **ÓRGÃO PÚBLICO** com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** da realização da ação ou despesa que se pretende alterar, sendo que à **ÓRGÃO PÚBLICO** se reserva o direito de autorizá-las ou não.

**Parágrafo Segundo** – Qualquer alteração deverá ser precedida de parecer técnico, elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

**Parágrafo Terceiro** – Não serão aprovadas, posteriormente, as alterações do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação que não tiverem sido previamente submetidas à **ÓRGÃO**

**PÚBLICO**, ficando as partes do termo sujeitas às penalidades cabíveis, no caso de inobservância do aqui disposto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Compete à **ÓRGÃO PÚBLICO** exercer a autoridade normativa sobre as atividades decorrentes do presente Termo de Colaboração, podendo controlar e fiscalizar sua execução, e na hipótese de paralisação ou indícios de exercício irregular das obrigações pactuadas, poderá assumir ou transferir as obrigações da execução do objeto, de modo a evitar a descontinuidade das atividades.

**Parágrafo primeiro** – A **ÓRGÃO PÚBLICO** realizará o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução deste termo, além do exame das despesas realizadas, a fim de verificar a correta utilização dos recursos correspondentes, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do seu objeto.

**Parágrafo segundo** - Fica assegurado ao **ÓRGÃO PÚBLICO** o livre acesso de seus servidores devidamente identificados para acompanhar, a qualquer tempo, todos os atos e fatos praticados, podendo inclusive requerer do **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** quaisquer documentos que se fizerem necessários, relacionados direta ou indiretamente à execução deste termo, quando em missão fiscalizadora e/ou de auditoria.

**Parágrafo terceiro** - O acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução deste termo, ficarão a cargo de servidor a ser designado para este fim, por meio de Portaria expedida pelo titular do **ÓRGÃO PÚBLICO**.

**Parágrafo quarto** - Os pareceres e/ou laudos técnicos elaborados pelo servidor acima indicado deverão atestar o percentual físico de realização do objeto, se este percentual é compatível com o montante financeiro dos recursos repassados, bem como se foram atingidos os fins propostos, e, ainda, mencionará e apresentará evidências dos meios empregados para a fiscalização e verificação da sua regular execução, tais como registros fotográficos, vídeos, notícias publicadas na mídia, impressos de divulgação, publicações produzidas, listas de presenças e relatórios de atividades, dentre outros elementos, cabendo às unidades de controle dos órgãos e entes repassadores de recursos a manutenção de um plano de fiscalização e acompanhamento das fases e metas desses objetos.

**Parágrafo quinto** - O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela **ÓRGÃO PÚBLICO** não excluem e nem reduzem as responsabilidades do **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** de acompanhar e supervisionar as ações desenvolvidas na execução deste termo.



**Parágrafo sexto** - A periodicidade das ações de fiscalização e de elaboração de relatórios de acompanhamento ocorrerá conforme cronograma de fiscalização definido no Plano de Trabalho, ficando assegurada a prerrogativa disposta no item Parágrafo Segundo.

**Parágrafo sétimo** - O **ÓRGÃO PÚBLICO** emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pelo **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** (art. 59, caput, da Lei nº 13.019/2014).

**Parágrafo oitavo** - O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter (art. 59, §1º, da Lei nº 13.019/2014):

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias

**Parágrafo oitavo** – Sem prejuízo da fiscalização pelo **ÓRGÃO PÚBLICO** e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação. A presente parceria também estará sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação (art. 60, caput e parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014).

**Parágrafo nono** - A Gestão e Fiscalização do Termo de Colaboração será realizada mediante análise dos relatórios parciais e final acerca da execução do objeto e das metas do Plano de Trabalho, diligências e visitas *in loco* ou remotas e por meio do acompanhamento e monitoração do Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Parágrafo décimo** – No uso de suas atribuições de fiscalização, a **ÓRGÃO PÚBLICO** se reserva o direito de:

- I - não aprovar novos projetos da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** se esta apresentar pendências junto à **ÓRGÃO PÚBLICO**;
- II - não liberar futuras parcelas do projeto que esteja sendo executado em desacordo com este Termo e com o plano de trabalho;
- III - não encerrar projetos que desatendam aos procedimentos definidos referentes à destinação definitiva do patrimônio adquirido no âmbito do Termo de Colaboração;
- IV - não aceitar documentos que forem enviados à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** para assinatura e não retornarem após 30 (trinta) dias corridos.

**Parágrafo décimo primeiro**– Ficam designadas, pela **ÓRGÃO PÚBLICO**, por ato publicado em Diário Oficial do Estado, como Gestor/a desta Colaboração, o/a servidor/a **NOME DO SERVIDOR/A**, portador/a do CPF n.º **\*\*\*.000.000-\*\***, e como Fiscal desta Colaboração, o/a servidor/a **NOME DA SERVIDOR/A**, portador/a do CPF n.º **\*\*\*.000.000-\*\***, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da Colaboração e dos recursos repassados.

- a) A **ÓRGÃO PÚBLICO** promoverá monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria.
- b) Caberá ao gestor do Termo de Colaboração elaborar o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**.
- c) O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter os requisitos previstos no § 1º, do artigo 59, da Lei Federal nº 13.019/2014.
- d) Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo.

**Parágrafo décimo segundo** – Cabe à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** designar, por ato publicado em Diário Oficial, o fiscal dos contratos eventualmente celebrados com terceiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração, em conformidade com as disposições da Seção III da Lei 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na Lei nº 13.019/2014, além de prazos e normas de elaboração constantes neste instrumento de parceria e no Plano de Trabalho (art. 63, caput, da Lei nº 13.019/2014)

**Parágrafo Primeiro** – A prestação de contas das atividades desenvolvidas, das despesas realizadas e dos respectivos processos de contratação/aquisição deverá ser realizada pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** via Sistema Integrado de Transferência – SIT/TCE, conforme os prazos definidos pelo Tribunal de Contas, e será monitorada e verificada pela **ÓRGÃO PÚBLICO**, com base nas informações constantes no relatório anual apresentado e demais informações colhidas pelo gestor e fiscal da Colaboração.

**Subcláusula Primeira** – A prestação de contas parcial anual deverá ser encaminhada à **ÓRGÃO PÚBLICO** via e-Protocolo até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, conforme disposto em Ato Administrativo do Fundo Paraná, podendo ser utilizado formulário modelo disponível no site da SETI/FUNDO PARANÁ e/ou sistema eletrônico disponível.

**Parágrafo segundo** - Durante a execução do Termo de Colaboração, as prestações de contas parciais da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** à **ÓRGÃO PÚBLICO** deverão ser apresentadas de forma anual, via e-protocolo, e bimestralmente, via Sistema Integrado de Transferências – SIT, nos prazos definidos no Ato Administrativo do Fundo Paraná. A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá encaminhar ao **ÓRGÃO PÚBLICO** a prestação de contas de todos os recursos recebidos, na seguinte forma:

- I - Prestação de contas parcial, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término de cada exercício, nos termos do art. 49 da Lei nº 13.019/2014; e
- II - Prestação de contas final, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

**Parágrafo segundo** - As prestações de contas deverão conter elementos que permitam a **ÓRGÃO PÚBLICO** avaliar o andamento da execução da parceria ou concluir que o seu objeto vem sendo ou foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas (art. 64, caput, da Lei nº 13.019/2014).

- a) Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente (art. 64, §1º, da Lei nº 13.019/2014).
- b) Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019/2014).
- c) A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados (art. 64, §3º, da Lei nº 13.019/2014).

d) A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no Plano de Trabalho e no Termo de Colaboração (art. 64, §4º, da Lei nº 13.019/2014)

**Parágrafo Segundo** – O relatório anual parcial se refere à prestação de contas das atividades cumulativas desenvolvidas desde o início do projeto até 31 de dezembro do ano corrente, devendo conter, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, a descrição das atividades/metras desenvolvidas, o detalhamento financeiro, as dificuldades encontradas, as possíveis falhas na execução da Colaboração e/ou inconformidades, os benefícios auferidos e sugestões e demais documentos eventualmente requeridos pela **ÓRGÃO PÚBLICO** a fim de verificar o cumprimento das metas do Plano de Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – O Relatório de encerramento deverá ser encaminhado, via e-Protocolo, em até 30 (trinta) dias após o fim do prazo de execução do projeto, contendo a descrição das atividades cumulativas de todo o período de execução, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - Relatório Técnico Financeiro; Planilha Síntese de Despesas;
- II - Certificado de Equipamentos Adquiridos, Instalados ou Produzidos (se houver);
- III - Relação de Pessoal Capacitado ou em Treinamento (se houver);
- IV - Relação dos Serviços Prestados (se houver);
- V - Execução de Obras (se houver);
- VI - Comprovante de devolução do saldo de recursos, quando for o caso.

**Parágrafo Quatro** – Caberá à **ÓRGÃO PÚBLICO**, por meio da Unidade Executiva do Fundo Paraná, após analisar as informações prestadas pela Instituição Proponente, emitir os seguintes Certificados exigidos pelo TCE, os quais são destinados a demonstrar a adequada utilização do recurso público:

- I - Termo de Acompanhamento e Fiscalização;
- II - Certificado de Conclusão ou de Recebimento Definitivo da Obra;
- III - Certificado de Instalação e de Funcionamento dos Equipamentos;
- IV - Certificado de Compatibilidade Físico-Financeira;
- V - Certificado de Cumprimento de Objetivos.

**Parágrafo Quinto** – Quando não houver a prestação de contas parcial que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o saneamento da impropriedade.

**Parágrafo Sexto** – Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste instrumento, o **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** terá o prazo máximo de **30 (trinta) dias** para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de

aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

**Parágrafo Sétimo** – Ao término dos prazos estabelecidos, se o **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou à **ÓRGÃO PÚBLICO**, esta comunicará o fato ao órgão competente, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

**Parágrafo Oitavo** – O gestor do Termo de Colaboração emitirá parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas ao **ÓRGÃO PÚBLICO**.

**Parágrafo Nono** – O **ÓRGÃO PÚBLICO** terá o prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.

**Parágrafo Décimo** – No âmbito da Administração Pública, a autoridade competente para aprovar ou desaprovar as contas da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** será a autoridade competente para assinar este instrumento.

**Parágrafo Décimo primeiro** - Nas prestações de contas, deverão ser apresentados os seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, contendo os seguintes elementos:

- a) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- b) comprovação do cumprimento do objeto;
- c) demonstração do alcance das metas;
- d) documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciam o cumprimento do objeto, definidos no Plano de Trabalho como meios de verificação;
- e) documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
- f) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas;
- g) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- h) o público atendido.

II - Relatório de execução financeira, contendo os seguintes elementos:

- a) demonstrativo de execução das receitas e das despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;
- b) relação das receitas auferidas, inclusive rendimentos financeiros e recursos captados, e das despesas realizadas com a demonstração da vinculação com a

origem dos recursos e a execução do objeto, em observância ao Plano de Trabalho;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica (apenas na prestação de contas final);

d) extratos da conta bancária específica;

e) comprovantes de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal do **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**; e

f) análise das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, fazendo constar a explicação dos fatos relevantes.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A apresentação dos documentos indicados nos itens anteriores, a título de prestação de contas, não obsta que o **ÓRGÃO PÚBLICO** solicite outros documentos necessários à avaliação e monitoramento da execução da parceria.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - Os comprovantes de despesa apresentados na prestação de contas deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:

I - Nos pagamentos a pessoas jurídicas: notas ou cupons fiscais das aquisições de bens de consumo ou permanentes e de serviços, contendo descrição do objeto e sua quantidade, devidamente atestados ou certificados pelo **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** quanto à conformidade do item recebido;

II - Nos pagamentos a trabalhador avulso, sem vínculo empregatício: recibos com a sua identificação e cópias do RG e CPF, além da indicação do endereço de sua residência e número de telefone para contato, bem como as guias autenticadas de recolhimento dos encargos sociais;

III - Nos casos de pagamento de pessoal pelo regime celetista: a folha de pagamentos e guias autenticadas de recolhimento dos encargos sociais (FGTS e INSS);

IV - Nos pagamentos de prestações de serviços, sujeitas ao pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e disciplinadas pela L.C. nº 116/2003: os comprovantes de recolhimento do referido tributo.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - O **ÓRGÃO PÚBLICO** deverá considerar, ainda, em sua análise da prestação de contas, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria; e

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - A aprovação da prestação de contas fica condicionada à

verificação da regularidade dos documentos apresentados, bem como à certificação do cumprimento das etapas e/ou fases de execução correspondente, mediante parecer circunstanciado dos servidores responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste termo.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A prestação de contas de que trata esta Cláusula não exime o **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração Pública do Estado de Goiás, nos termos da legislação específica vigente.

**Parágrafo Décimo quinto** - O **ÓRGÃO PÚBLICO** fornecerá manual específico ao **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, o qual estabelecerá procedimentos simplificados para a prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos, em observância ao art. 63, §1º, §2º e §3º, da Lei 13.019/2014.

**Parágrafo Décimo Sexto** - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado (art. 65 da Lei nº 13.019/2014).

**Parágrafo Décimo Sétimo** - Os documentos incluídos pelo **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas (art. 68 da Lei nº 13.019/2014).

**Parágrafo Décimo Oitavo** - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas (art. 68, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014).

**Parágrafo Décimo Nonο** - O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada (art. 67 da Lei nº 13.019/2014).

Subcláusula Décima Nona - Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata este item deverão, obrigatoriamente, mencionar (art. 67, §4º, da Lei nº 13.019/2014):

- I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - os impactos econômicos ou sociais;
- III - o grau de satisfação do público-alvo; e
- IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DE DESPESAS

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

**Parágrafo primeiro - Poderão** ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

I - Remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, alusivas ao período de vigência da parceria;

II - Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução da parceria assim o exija;

III - Custos indiretos necessários à execução do objeto, tais como internet, transporte, aluguel, telefone, taxas e tarifas, consumo de água e energia elétrica;

IV - Bens de consumo, tais como alimentos (quando demonstrada a necessidade no Plano de Trabalho, de acordo com a natureza ou o território da atividade ou projeto), material de expediente, material pedagógico, produtos de limpeza, combustível e gás;

V - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais, conforme disposto no Plano de Trabalho aprovado;

VI - Serviços de adequação de espaço físico e a execução de obras voltadas à promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e idosos;

VII - Contratação de serviços de terceiros, tais como limpeza, manutenção, segurança de instalações físicas, capacitação e treinamento, informática, design gráfico, desenvolvimento de softwares, contabilidade, auditoria e assessoria jurídica; VIII - Outros tipos de despesa que se mostrarem indispensáveis para a execução do objeto.

**Parágrafo segundo** - O pagamento de despesas com equipes de trabalho somente poderá ser realizado quando tais valores:

I - Corresponderem às atividades e aos valores constantes do Plano de Trabalho, observada a qualificação técnica adequada à execução da função a ser desempenhada;

II - Forem compatíveis com o valor de mercado da região onde atua o



**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;**

III - Forem proporcionais ao tempo de trabalho efetivamente dedicado à parceria, devendo haver memória de cálculo do rateio nos casos em que a remuneração for paga parcialmente com recursos da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e

IV - Não forem utilizados para remunerar: a) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de administrador, de dirigente ou de associado com poder de direção no **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inclusive das partes nos casos de atuação em rede; de agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; b) agente público cuja posição no órgão ou na entidade pública seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria; c) despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria; e d) pagamento, a qualquer título, de servidor ou de empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na lei de diretrizes orçamentárias.

**Parágrafo terceiro** - Não poderão ser pagas com recursos da parceria as seguintes despesas:

I - Pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, salvo quando as despesas tiverem sido causadas por atraso do **ÓRGÃO PÚBLICO** na liberação de recursos;

II - Despesas com publicidade, salvo quando previstas no Plano de Trabalho como divulgação ou campanha de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

III - Pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria; e

IV - Pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do Termo de Colaboração.

**Parágrafo quarto** - O pagamento de remuneração da equipe contratada pelo **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o **ÓRGÃO PÚBLICO** (art. 46, §3º, da Lei nº 13.019/2014).

**Parágrafo quinto.** A regularidade da aplicação dos recursos e da execução das despesas pelo **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** será examinada durante a análise das prestações de contas parciais ou final. Contudo, o **ÓRGÃO PÚBLICO** reserva-se o direito de fiscalizar a execução deste instrumento a qualquer tempo, nos termos da Cláusula Oitava.

**Parágrafo sexto** - É responsabilidade exclusiva do **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** (art. 42, incisos XIX e XX, da Lei nº 13.019/2014):

I - o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

II - o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **ÓRGÃO PÚBLICO** a inadimplência do **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**Parágrafo sétimo** - É vedado ao **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** (art. 45, incisos I e II, da Lei nº 13.019/2014): I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria; e II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

**Parágrafo Oitavo** - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, para:

- a) realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- d) realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- e) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- f) repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos; e
- g) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS**

A prestação de contas à Administração Pública, tratada na Cláusula anterior, não prejudica o dever da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Resolução n.º 28/2011 - TCE, alterada pela Resolução n.º 46/2014 - TCE, e Instrução Normativa n.º 61/2011 - TCE.

**Parágrafo Primeiro** – As prestações de contas das atividades desenvolvidas no projeto, das despesas realizadas e respectivos processos de contratação/aquisição deverão ser feitas, bimestralmente, por meio do Sistema Integrado de Transferência – SIT/TCE, conforme os prazos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO OBJETO**

Considerando os indicadores constantes no Plano de Trabalho, a forma de avaliação do cumprimento do objeto terá por base o indicador físico, o indicador de previsão de execução do objeto, o indicador de percentual de execução da Etapa e o indicador do recurso orçamentário/financeiro.

**Parágrafo Primeiro** – O Indicador Físico é a unidade que indica a medida que melhor caracteriza o produto de cada Etapa; o Indicador de Previsão de Execução do Objeto se refere ao tempo de desenvolvimento de cada Etapa; o Indicador da Etapa é o percentual de execução da Etapa em relação ao total do Projeto; e o Indicador de Recursos Orçamentário/Financeiro se refere ao percentual de recursos a serem utilizados para a execução da Etapa, sendo que a execução deste percentual será considerada como parâmetro para a liberação dos repasses.

**Parágrafo Segundo** – As informações referentes ao cumprimento das metas e do objeto do projeto serão obtidas por meio dos relatórios parciais e final apresentados pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** à **ÓRGÃO PÚBLICO** via e-Protocolo, bem como a partir da prestação de contas parciais e final inseridas pela **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR, nos prazos e condições definidos neste Termo de Colaboração e no Ato Administrativos do Fundo Paraná.

**Parágrafo Terceiro** – Além da apresentação dos relatórios parciais e final, a **ÓRGÃO PÚBLICO** poderá realizar inspeções e vistorias *in loco*, inclusive de forma remota, a fim de verificar o cumprimento do objeto e das metas constantes no Plano de Trabalho e as informações encaminhadas via e-protocolo e sistema SIT.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

A Propriedade Intelectual resultante do desenvolvimento do projeto, objeto do presente Termo de Colaboração, incluídos todos os direitos, os resultados, as metodologias e inovações técnicas, produtos ou processos, know-how, privilegiáveis ou não, que forem obtidos em virtude da tecnologia depositada, objeto da pesquisa/projeto do presente instrumento, serão de propriedade da SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI) e da **[NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]**, na proporção de XX% (XXXXX por cento) para a SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI) e de XXX% (XXXX por cento) para a **[NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]**, de acordo com a quantidade do valor de conhecimento adicionado desde o início da cooperação até o seu fim, considerando os recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelos partícipes, inclusive eventual(is) patente(s) resultante(s), conforme o que dispõem sobre o direito à co-titularidade na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelos partícipes contratantes.

**Parágrafo Primeiro** – A titularidade da **ÓRGÃO PÚBLICO** sobre os direitos de propriedade intelectual será mantida, nos percentuais pactuados, ainda que haja extinção antecipada deste Termo de Colaboração.

**Parágrafo Segundo** – No caso de cessão, qualquer dos co-titulares, em igualdade de condições, poderá exercer o direito de preferência.

**Parágrafo Terceiro** – Os custos para a proteção da propriedade intelectual, incluídos acompanhamento, cumprimento de exigências, defesa, processos administrativos, ações judiciais, entre outros, relativos à propriedade intelectual, no Brasil ou no exterior, serão suportados conjuntamente pelos partícipes na proporção de sua titularidade conforme descrito no caput desta cláusula.

**Parágrafo Quarto** – Os demais termos específicos para a proteção da propriedade intelectual serão firmados em contrato de ajuste de propriedade intelectual em específico, que se torna parte do presente Termo de Colaboração, nos termos da Lei Estadual n.º 20.541/2021.

**Parágrafo Quinto** – Não se entende como cessão da propriedade intelectual ou outro tipo de concessão de direitos a troca de informações entre as partícipes, seus pesquisadores e pesquisador independente em razão da execução do projeto.

**Parágrafo Sexto** – Os partícipes declaram que o presente projeto de pesquisa não tem qualquer tipo de acesso ao patrimônio genético.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES

Para os fins desta parceria, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

**Parágrafo primeiro** - Para os fins deste Termo de Colaboração, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

**Parágrafo segundo** - Os bens remanescentes serão de propriedade da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** formalizar promessa de transferência da propriedade à **ÓRGÃO PÚBLICO**, na hipótese de sua extinção.

**Parágrafo terceiro** - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** que se proponha a fim igual ou semelhante ao da **ORGANIZAÇÃO** donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

**Parágrafo quarto** - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da **ÓRGÃO PÚBLICO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DIREITOS DE COMERCIALIZAÇÃO**

Considerando o caráter de co-titularidade neste instrumento, na proporção descrita na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, os direitos de propriedade intelectual obtidos na pesquisa/projeto deste Termo de Colaboração poderão ser licenciados para industrialização e comercialização para terceiros, mediante contrato de licenciamento específico que conterà, entre outros, os valores relativos ao pagamento de royalties para os PARTICIPES.

**Parágrafo Primeiro** – Havendo interesse para o licenciamento da tecnologia por terceiros, ainda que empresas subsidiárias ou coligadas do parceiro, o partícipe interessado deverá avisar à(s) outra(s), mediante comunicação formal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Caberá aos partícipes a participação nos resultados de possível industrialização e comercialização de produtos obtidos por meio da execução do projeto, objeto deste Termo de Colaboração, mediante pagamento de royalties por aquele que vier a explorá-los, firmado em contrato específico de licenciamento.

**Parágrafo Primeiro** – Havendo a exploração da patente pelo **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, as condições da exploração comercial e pagamento dos royalties e/ou eventuais benefícios financeiros à **ÓRGÃO PÚBLICO** serão estipuladas em instrumento específico.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CRIADORES**

A identificação dos criadores, no caso de o projeto resultar em algum tipo de propriedade intelectual, será realizada pelos PARTÍCIPES, ouvidos os coordenadores do projeto e o NIT competente.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

É vedado, sem a devida autorização e condicionado à utilização da minuta aprovada pelo órgão competente, o aditamento deste Termo de Colaboração com o intuito de alterar seu objeto, entendida como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no Projeto e no Plano de Trabalho aprovados, resguardado à **BENEFICIÁRIA** a discricionariedade necessária para o alcance das metas estabelecidas, desde que não ensejem, em quaisquer termos, a anuência da **SEI**.

**Parágrafo Primeiro** – O plano de trabalho poderá ser modificado, condicionada a alteração aos seguintes requisitos:

- a) não ensejar a desnaturação, desqualificação ou inépcia do objeto do Termo, do Edital de Chamamento Público ou de quaisquer de seus anexos;
- b) comunicar e justificar, através do responsável pelo projeto, modificação que implique a alteração de até 25% (vinte e cinco por cento) nas dotações orçamentárias estimadas ou na distribuição entre grupos de natureza de despesa, desde que o valor global do projeto não seja alterado, e seguidas as referidas dotações previstas e as autorizações das despesas financiáveis;
- c) anuência prévia e expressa da **ÓRGÃO PÚBLICO**, utilizando igualmente a minuta aprovada pelos órgãos de controle, nas demais hipóteses.

**Parágrafo Segundo** – A **BENEFICIÁRIA** reconhece a autoridade normativa da **SEI** para exercer o monitoramento e fiscalização sobre a execução do Projeto, podendo, inclusive, reorientar ações e acatar ou não as justificativas com relação às eventuais disfunções havidas nas execuções parciais.

**Parágrafo Terceiro** – As despesas realizadas com recursos oriundos do Termo de Colaboração e da contrapartida somente serão reconhecidas a partir da assinatura do presente Termo.

**Parágrafo Quarto** – As metas previstas no Projeto que não forem atingidas, seja por falta de documentação ou não-cumprimento do objeto, desde que fundamentadas e aceitas pela **SEI**, não gerarão dever de ressarcimento por parte da **BENEFICIÁRIA**.

**Parágrafo Quinto** – O Termo será assinado pela Autoridade Competente da **SEI**, sendo permitida a delegação e vedada a subdelegação.

**Parágrafo Sexto** – A **BENEFICIÁRIA** conhece e anui com as regras do presente Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho do Projeto a ser executado.

#### **CLÁUSULA VISÉGIMA TERCEIRA – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA OU DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Nos termos da legislação aplicável, poderá ser instaurado Processo Administrativo de Cobrança ou de Tomada de Contas Especial pela **SEI** ou por determinação da Controladoria Geral do Estado ou da Inspetoria e/ou Controle Internos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná/TCE-PR, para identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando ocorrer o seguinte:

- a) não apresentação de Relatório de Execução do Objeto (REO) e de demonstrações financeiras no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação que lhe for encaminhada pela **SEI**;
- b) não aprovação do REO e de demonstrações financeiras, em decorrência de:
  1. não execução do objeto pactuado;
  2. atingimento parcial dos objetivos avençados;
  3. desvio de finalidade;
  4. impugnação de despesas;
  5. não aporte dos recursos de contrapartida; ou
  6. não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.
- c) ocorrência de qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário;
- d) não devolução de eventuais saldos financeiros remanescentes após 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Colaboração.

**Parágrafo Único** – A não-execução do Projeto programado e pactuado ou a execução parcial decorrente de insucesso técnico, devidamente justificado e aprovado pela **SEI**, não ensejará a instauração de Processo Administrativo de Cobrança ou de Tomada de Contas Especial.

## CLÁUSULA VISÉGIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser extinto:

**Parágrafo Primeiro** – Por denúncia de qualquer das partes, motivada pela superveniência de norma ou de fato que torne o objeto formal ou materialmente inexecutável, ou pela demonstração de fatos ou circunstâncias que demonstrem que a execução do Termo de Colaboração perdeu sua conveniência, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas até a data de extinção.

**Parágrafo Segundo** – Por rescisão, independente de prévia notificação ou interpelação judicial, diante da constatação de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- I - Descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente;
- II - Execução em desacordo com o Plano de Trabalho;
- III - Inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas neste instrumento;
- IV - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- V - Aplicação dos recursos transferidos fora das hipóteses ajustadas no Termo de Colaboração;
- VI - Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- VII - Dano ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

**Parágrafo Terceiro** – A rescisão deste Termo de Colaboração enseja a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

**Parágrafo Quarto** - Ocorrendo a rescisão unilateral deste Termo de Colaboração ou o término de sua vigência, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não mais poderá fazer uso de quaisquer informações, de dados ou, de documentos, de recursos bancários, de tecnologias, de materiais, de metodologias e de sistemáticas de acompanhamento relacionados à esta parceria.

**Parágrafo Quinto** - O ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da rescisão deste Termo de Colaboração, para quitar as obrigações deste decorridas, as obrigações fiscais, trabalhistas e prestar contas de sua gestão ao **ÓRGÃO PÚBLICO**.



**Parágrafo Sexto** - A rescisão enseja a imediata adoção das medidas cabíveis ao caso concreto, tais como a aplicação de sanções previstas neste instrumento, a notificação para a devolução de recursos e a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, conforme a peculiaridade dos fatos que causaram a necessidade de rescisão.

**Parágrafo Sétimo** - Na hipótese de rescisão unilateral, poderá ser convocada a próxima ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na ordem de classificação do Chamamento Público, desde que ela comprove possuir todas as condições e requisitos exigidos no instrumento convocatório.

**Parágrafo Oitavo** - A PARTES fica facultado rescindirem o presente instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo Nono** – Este Termo de Colaboração poderá ser extinto antes de implementado seu termo, por acordo firmado entre as PARTES, desde que em razão de interesse público, mediante ato devidamente fundamentado.

**Parágrafo Décimo** - Em quaisquer das hipóteses de extinção do presente Termo de Colaboração, as Permissões de Uso de Bens Públicos, móveis e imóveis, que a ele se vinculam cessarão ficarão revogadas, automaticamente e ao mesmo tempo, devendo o ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL providenciar a restituição dos bens ao ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na forma prevista nos respectivos Termos de Permissão de Uso.

#### **CLÁUSULA VISÉGIMA QUINTA– DO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS**

O atraso ou abstenção pela **SEI** do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente instrumento, bem como sua eventual concordância com os casos fortuitos de atraso no cumprimento das obrigações assumidas pela **BENEFICIÁRIA** não implicarão, sob nenhuma hipótese, em novação, não podendo ser interpretado, inclusive, como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidas, em qualquer tempo, à critério da **SEI**, considerados os dispositivos legais.

#### **CLÁUSULA VISÉGIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

É responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** anuir com as condições impostas pela **SEI** para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para fins de execução do projeto, a **BENEFICIÁRIA** se compromete a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, observados os ditames da Lei Federal n.º 13.709/2018 e do Decreto Estadual n.º 6.474/2020. Os dados pessoais tratados

pela **BENEFICIÁRIA** somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no Termo de Colaboração, vedada sua utilização para outros fins.

**Parágrafo Primeiro** – A **BENEFICIÁRIA** deverá manter registro dos tratamentos de dados pessoais que realizar em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo, disponibilizando-o quando solicitado.

**Parágrafo Segundo** – O eventual compartilhamento de dados pessoais com empresas parceiras e/ou SUBCONTRATADAS dependerá de autorização prévia do **ÓRGÃO PÚBLICO**, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais impostos à proponente.

**Parágrafo Terceiro** – A **BENEFICIÁRIA** deverá manter registro dos tratamentos de dados pessoais que realizar em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo, disponibilizando-o quando solicitado.

**Parágrafo Quarto** - A **BENEFICIÁRIA** deverá comprovar a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados ou de qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observados os segredos comercial e industrial, respeitando-se os padrões definidos pela Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital – SEI CNPJ: 49.179.446/0001-14 - R. Mateus Leme, 1561 - Centro Cívico, Curitiba - PR, 80530-010 Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade aplicáveis, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança da informação e ao dever de sigilo aplicáveis às partes.

**Parágrafo Quinto** - A **BENEFICIÁRIA** responderá pelos danos que causar em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**Parágrafo Sexto** - A **BENEFICIÁRIA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da **ÓRGÃO PÚBLICO**, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**Parágrafo Sétimo** - A **BENEFICIÁRIA** é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

**Parágrafo Oitavo** - A critério do controlador e do encarregado de dados da **SEI**, a **BENEFICIÁRIA** poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente ao objeto contratado.

**Parágrafo Nono** - O encarregado da **BENEFICIÁRIA** deverá comunicar, formal e imediatamente à **SEI** no caso de ocorrência, suspeita ou risco de violação de dados pessoais, indicando, no mínimo, a data e hora do incidente e da ciência da Contratada; a relação dos tipos de dados e titulares afetados; a descrição das possíveis consequências do incidente e a indicação das medidas de saneamento e prevenção adotadas pela **BENEFICIÁRIA**.

**Parágrafo Décimo** - Caso a **BENEFICIÁRIA** não disponha de todas as informações no momento da comunicação, deverá enviá-las gradualmente, à medida que forem obtidas, concluindo a comunicação integral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência do incidente pela **BENEFICIÁRIA**.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A **SEI** poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à **BENEFICIÁRIA**, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento da LGPD.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A observância do disposto nesta cláusula não exclui ou diminui a responsabilidade da **BENEFICIÁRIA** na hipótese de descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo de Colaboração. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da **BENEFICIÁRIA**, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos arts. 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A **BENEFICIÁRIA** deverá repassar as manifestações do titular de dados ou de seu representante legal à **SEI**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo responder diretamente eventuais solicitações somente se instruída e autorizada formalmente pela **ÓRGÃO PÚBLICO**.

**Parágrafo Décimo Quinto** - Encerrada a vigência do Termo, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **BENEFICIÁRIA** deverá realizar a transferência dos dados à **SEI**, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e excluir definitivamente os dados pessoais compartilhados, coletados e tratados, exceto quando tenham se tornado públicos devido à própria finalidade que justificou o tratamento dos dados ou quando a guarda seja necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

**Parágrafo Décimo Sexto** - As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado da **SEI** à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto 6.474/2020.

**Parágrafo Décimo Sétimo** - O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo de Colaboração, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas no Termo de Colaboração e na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Termo de Colaboração.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTICORRUPÇÃO**

Os partícipes deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios de civilidade e legalidade, e de acordo com as boas práticas empresariais para cumprir e assegurar que (i) seus conselheiros, diretores, empregados qualquer pessoa agindo em seu nome, inclusive prepostos e subcontratados, quando houver (todos doravante referidos como “Partes Relacionadas” e, cada uma delas, como “uma Parte Relacionada”) obedecerão a todas as leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como àquelas relativas a sanções econômicas, vigentes nas jurisdições em que os partícipes estão constituídos e na jurisdição em que o Termo de Colaboração será cumprido (se diferentes), para impedir qualquer atividade fraudulenta por si ou por uma Parte Relacionada com relação ao cumprimento deste Termo de Colaboração.

**Parágrafo Primeiro** – Um partícipe deverá notificar imediatamente o outro sobre eventual suspeita de qualquer fraude tenha ocorrido, esteja ocorrendo, ou provavelmente ocorrerá, para que sejam tomadas as medidas necessárias para apurá-las.

**Parágrafo Segundo** – Os partícipes obrigam-se a observar rigidamente as condições contidas nos itens abaixo, sob pena de imediata e justificada rescisão do acordo.

**Parágrafo Terceiro** – Os partícipes declaram-se cientes de que seus Departamentos Jurídicos e/ou advogados contratados estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos dessa cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis à cada hipótese:

- a) Os partícipes não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer nenhum tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor de outro partícipe, especialmente àqueles responsáveis pela fiscalização do presente Termo de Colaboração. Serão admitidos apenas, em épocas específicas, a entrega de brindes, tais como canetas, agendas, folhinhas, cadernos, etc.;
- b) Os partícipes somente poderão representar outro partícipe perante órgãos públicos quando devidamente autorizado para tal, seja no corpo do próprio Termo de Colaboração, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;
- c) Os partícipes e seus empregados/prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste Termo de Colaboração perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes,

vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento para os partícipes;

d) Os partícipes, quando agirem em nome ou defendendo seus interesses, não poderão fornecer informações sigilosas a terceiros ou a agentes públicos, mesmo que isso venha a facilitar, de alguma forma, o cumprimento desse Termo de Colaboração;

e) Os partícipes, ao tomar conhecimento de que algum de seus prepostos ou empregados descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntas, elaborem e executem um plano de ação para (i) afastar o empregado ou preposto imediatamente; (ii) evitar que tais atos se repitam e (iii) garantir que o Termo de Colaboração tenha condições de continuar vigente.

#### **CLÁUSULA VISÉGIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

A eficácia deste Termo de Colaboração e de seus eventuais Aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná, veiculação a qual será providenciada pela **SEI**, após a assinatura deste Termo de Colaboração.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, observando-se a legislação em vigor, especialmente a Lei 13.019/2014, Lei Estadual n.º 21.354/2023, a Lei Estadual n.º 20.541/2021, a Lei Federal n.º 14.133/2021, o Decreto Estadual n.º 10.086/2022, o Ato Administrativo do Fundo Paraná e as normativas do Tribunal de Contas do Estado aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

As partes elegem o Foro da Cidade de Curitiba para solução de qualquer controvérsia oriunda do presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em **XX (número por extenso)** vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

*Curitiba, datado e assinado eletronicamente.*

Alex Canziani Silveira  
**Secretário de Estado da Inovação, Modernização  
e Transformação Digital**

**nome do representante legal**  
**Cargo e Representante legal da Organização da Sociedade Civil**

Testemunhas:

Nome:..... Nome:.....  
.....

CPF:..... CPF:.....  
.....

Ass.:..... Ass.:.....  
.....

